Assuntos : Liberdade Condicional.
 Pressupostos.

SUMÁRIO

1. A liberdade condicional não é uma medida de clemência ou de recompensa por mera boa conduta prisional, e serve na política do C.P.M. um objectivo bem definido: o de criar um período de transição entre a prisão e a liberdade, durante o qual o delinquente possa equilibradamente recobrar o sentido de orientação social fatalmente enfraquecido por efeito da reclusão.
2. Constituem pressupostos (objectivos ou formais) à libertação antecipada (condicional) de um recluso a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de seis (6) meses.

Todavia, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação de outros pressupostos: os (de natureza material) previstos nas al. a) e b) do nº 1 do artº 56º do C.P.M..

É, pois, de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma

vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também, obviamente, ter-se em conta a defesa da ordem jurídica e da paz social.

O relator,

José Maria Dias Azedo

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, ora preso no E.P.M., inconformado com a decisão que lhe negou a concessão de liberdade condicional pelo tempo de prisão que lhe faltava cumprir, da mesma veio interpor recurso para esta Instância, motivando para, a final, concluir que:

“1. A data do cumprimento de dois terços da pena pelo recorrente é dia 14 de Julho de 2002 (fls. 105).

2. Ao apresentar o segundo pedido de liberdade condicional, o recorrente já compreendeu a gravidade e a diversidade dos crimes cometidos que levaram à rejeição do primeiro pedido (fls. 113).

6. (sic) O comportamento do recorrente foi bom (fls.195) e sente-se bastante arrependido dos seus actos criminosos (fls. 195 e 211).

7. O despacho do juiz do tribunal recorrido, de que “o

comportamento do recorrente mantém-se estável” é grandemente diferente das opiniões do delegado do Ministério Público e do Director do Estabelecimento Prisional: “Bom comportamento prisional e com condições favoráveis de reinserção social na RPC”.

8. O técnico encarregado da elaboração do relatório sobre o segundo pedido de liberdade condicional, o Director do Estabelecimento Prisional e o Ministério Público deram opiniões positivas favoráveis à antecipada concessão da liberdade condicional ao recorrente.

9. O mais importante é que, os dados constantes do processo demonstram que após ter saído da prisão, o recorrente contará com os familiares que o ajudarão na reinserção social e voltará para cada onde explorará a terra pelo governo concedida (fls. de 115 a 119, assim como 204v.).

10. Para compensar os graves crimes cometidos, o recorrente tomou a determinação de, depois de saído da prisão, arranjar um legítimo emprego e ganhar mais dinheiro para ajudar a família e indemnizar as perdas das vítimas (fls. 113, 115, 116, 119, 119v e 211).

11. No Estabelecimento prisional, o recorrente nunca violou a disciplina (fls. 113).

12. No Estabelecimento Prisional, o recorrente gosta de estudar, costumava ler livros como ocupação de tempos livres (fls. 110).

13. Com excepção desta condenação, o recorrente não tem nenhum registo criminal.

14. No tempo do cumprimento da pena, o recorrente sempre mantém correspondência com os familiares.

15. Além disso, embora o recorrente tivesse cometido graves crimes, estes já foram devidamente punidos com a condenação da pesada pena de 7 anos de prisão e o tempo do cumprimento da pena ultrapassou consideravelmente o necessário à concessão da liberdade condicional. A execução da pena visa a educação do condenado e levá-lo a reintegrar-se na sociedade, evitando a possibilidade de voltar a cometer crime.

16. Por isso, se duvidar da reinserção social do recorrente apenas devido à gravidade dos seus crimes e por conseqüente presumir que ele não poderá viver com uma atitude responsável pela sociedade, então tal presunção será contrária ao regime da liberdade condicional e ao espírito do disposto do artigo 56.º do Código Penal.

17. Ao contrário, com o cumprimento, pelo recorrente, dos dois terços da pena de prisão (segundo o velho regime, seria metade da pena), deve-se presumir que ele já foi educado e é capaz de voltar à sociedade, ao que se acrescenta que o Director do Estabelecimento Prisional considera que o recorrente já tem capacidade para a reinserção social (Vd. Manuel Lopes Maia Gonçalves, “Código Penal Português”, 1982, 6ª edição revisada, p. 259).

18. O recorrente sente-se profundamente arrependido dos crimes.

19. A exposição acima feita demonstra que o recorrente tem capacidade e força de vontade para adaptar-se a uma vida honesta, e o pedido de liberdade condicional corresponde ao disposto do número 1 do

artigo 56.º do Código Penal.

20. Por isso, a não concessão da liberdade condicional ao recorrente contraria o estipulado do número 1 do artigo 56.º do Código Penal.

21. Além disso, no despacho acima referido existe evidente erro na produção da prova, pois a transformação do “bom comportamento” do recorrente na prisão em “a conduta mantém-se estável”, este vício já constitui fundamento de recurso previsto na alínea c) do número 2 do artigo 400.º, do Código de Processo Penal.”

Pede, pois, a revogação da decisão recorrida e que, em sua substituição, lhe seja concedida a libertação antecipada; (cfr. fls. 295 a 299).

Em Resposta, foi o Digno Magistrado do Ministério Público de opinião que se devia julgar o recurso procedente; (cfr. fls. 304 a 309)

Admitido o recurso com efeitos e modo de subida adequadamente fixados, vieram os autos a este T.S.I..

Em sede de vista, juntou o Exmº Procurador-Adjunto Parecer pugnando também pela procedência do recurso; (cfr. fls. 311 a 313).

Proferido despacho preliminar e colhidos os vistos dos Mmºs Juízes-Adjuntos, vieram os autos à conferência.

Cumpre apreciar e decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Com interesse para a decisão a proferir, fluem dos presentes autos os factos seguintes:

- por acórdão proferido pelo então T.C.G.M. em 03.02.99, foi o ora recorrente condenado pela prática, em concurso real de, dois crimes de “roubo”, dois crimes de “burla”, um crime de “detenção de arma proibida” e um crime de “uso de documento falso”, fixando-lhe o Tribunal a pena única e global de sete (7) anos de prisão.
- deu entrada no E.P.M. em 14.11.97, onde se tem mantido ininterruptamente preso, tendo completado dois terços daquela pena de 7 anos em 14.07.2002.
- em 05.08.2002, por despacho do Mmº Juiz de Instrução Criminal, foi-lhe negada a concessão de liberdade condicional.
- renovada a instância, e após parecer favorável do Director do E.P.M. e do Digno Magistrado do Ministério Público, foi-lhe (em 07.08.2003), novamente negada a concessão da dita liberdade.
- durante o período de reclusão não cometeu o recorrente qualquer infracção disciplinar, e caso solto, tem trabalho assegurado, indo viver com os seus pais na Província de “Fujian”.

- para além da condenação cuja pena ora cumpre, nada mais consta do seu C.R.C..

Do direito

3. Atentas as conclusões pelo recorrente produzidas no âmbito da sua motivação de recurso, conclui-se que imputa o mesmo à decisão recorrida – a de 07.08.2003 – o vício de “erro notório na apreciação da prova” e inobservância do preceituado no artº 56º, nº 1 do C.P.M..

— Quanto ao apontado “erro notório”, afirma o recorrente que constando do seu relatório social que teve “bom comportamento” aquando do seu cumprimento da pena, não podia a Mmª Juiz “a quo” concluir que na prisão a sua conduta “mantem-se estável”.

Ora, não nos parece que lhe assista razão.

É verdade que assim fez a Mmª Juiz “a quo”, todavia, considerando que o alegado vício de “erro notório na apreciação da prova” apenas se verifica quando, ostensivamente, seja de concluir que o Tribunal errou ao considerar determinado facto como provado ou não provado, pronunciando-se contra elementos de prova de valor probatório pleno e aos quais estivesse vinculado ou contra as regras de experiência, evidente é que no caso dos autos assim não sucedeu.

Na verdade, para além de não ser de considerar o Tribunal “a quo”

vinculado à referida “apreciação” de que teve o ora recorrente “bom comportamento” aquando da sua reclusão, há que reconhecer que ambas as expressões em causa constituem meros “juízos de valor” (conclusivos), não sendo, por isso, de considerar “matéria de facto” sobre a qual possa incidir uma censura a título de “erro notório na apreciação da prova”.

Posto isto, nesta parte, improcede o recurso.

— Vejamos agora da alegada inobservância do artº 56º, nº 1 do C.P.M..

Preceitua o artº 56º do CPM. que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

- a) For fundamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e
- b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

(...)”; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objectivos” ou “formais” para a concessão da liberdade condicional, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num

mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. nº 1).

“In casu”, atenta a (medida da) pena única e global que, em cúmulo jurídico foi condenado o ora recorrente – 7 anos de prisão – e visto que se encontra ininterruptamente preso desde 14.11.1997, tendo já “expiado” mais que dois terços de tal pena, (concretamente, em 14.07.2002) preenchidos estão os ditos pressupostos.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º, (cfr., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 11.04.2002, Proc. nº 50/2002, de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002, de 13.06.2002, Proc. nº 91/2002, de 17.10.2002, Proc. nº 184/2002, e, mais recentemente, os de 30.04.2003, de 12.06.2003 e 03.07.2003, Proc. nºs 89/2003, 116/2003 e 133/2003).

Na verdade, e na esteira do decidido por esta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”; (cfr. v.g. Ac. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002 e os citados de 18.04.2002, de 13.06.2002 e de 17.10.2002).

Como pressupostos de verificação “cumulativa”, a falta de qualquer um deles, compromete, desde logo, uma decisão de sentido positivo, no sentido da concessão da pretendida liberdade condicional.

E, assim, atento ao exposto, temos para nós que, efectivamente, preenchidos estão os referidos pressupostos.

Com efeito, atenta a factualidade atrás retratada, cremos que possível é concluir-se que o ora recorrente, após solto, levará uma vida em sintonia com as normas de vida em sociedade. Da facto, teve um comportamento adequado nos 6 anos de reclusão que já cumpriu, em vez alguma cometendo alguma falta disciplinar ou tendo uma atitude menos correcta ou compatível com tal juízo de prognose que ora se faz.

Tem também asseguradas condições de subsistência, indo viver com os seus pais na Província de Fujian, onde tem trabalho assegurado.

Quanto ao requisito da al. b), não obstante serem “graves” os crimes cometidos, os mesmos ocorreram em 1997 e atento a que pelos mesmos já expiou 6 anos de cadeia, mostra-se-nos de considerar que a sua libertação não compromete a defesa da ordem pública ou a paz social.

Dest’arte, procede o recurso em apreciação.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam julgar procedente o recurso interposto, revogando-se a decisão recorrida e, conseqüentemente, concedendo-se ao ora recorrente a pretendida liberdade condicional.

Sem tributação.

Ao Ilustre Defensor Oficioso fixa-se, a título de honorários, o montante de MOP\$1.200,00.

Macau, aos 20 de Novembro de 2003

José Maria Dias Azedo (Relator)

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong